

boletim médico

INFORMATIVO DAS ENTIDADES MÉDICAS DO PIAUÍ

ANO V - Nº 30 - TERESINA (PI), FEVEREIRO DE 2014



ASPIMED



CRM PI

SIMEPI
Sindicato dos Médicos
Estado do Piauí



MÉDICOS VÃO ÀS RUAS PROTESTAR CONTRA O “MAIS MÉDICOS”

VITÓRIA: Prefeitura de Teresina começa
a implantação do novo reajuste

Sindicato dos Médicos fecha
reajuste com o IAPEP

editorial

POR QUE PRECISAMOS DE VOZ NO LEGISLATIVO?

Caros colegas,
Nunca antes vivenciamos uma situação como essa, em que nós, MÉDICOS nos encontramos A Medicina por ser uma profissão respeitada e almejada por todos, chegou em um patamar de tamanha importância para a vida do ser humano que passou a ser considerada abço para os interessados em lucro certo e garantido. Os mais velhos que nos confirmam como iniciou o processo de mercantilização da memercante e, com ele, a figura do intermediário entre médico e paciente - planos de saúde pensões, grandes empresas médicas. O médico se distinguiu cada vez mais do paciente e de profissional liberal passou a assalariado, submetendo-se a vínculos empregatícios precários, perdendo a autonomia na sua profissão, juntamente com boa parte da sua dignidade.
O governo brasileiro por sua vez, não conseguindo colocar em prática a bela teoria de um Sistema Único de Saúde, equitativo, universal e integral passou a buscar arremedos para justificar o que a CORRUPÇÃO e a INCOMPETÊNCIA não deixou se concretizar.
O Brasil ao invés de buscar mudanças sólidas e honestas para os seus problemas entra num maquinismo populista levando por terra o sonho dos brasileiros. Na saúde, o caos se instala e, pressionados por profissionais médicos e suas entidades em todo o país que alertam para essa crise sem igual, o governo nos surpreende não de forma positiva, mas passando por cima de regras, normas e ferindo nossa constituição.
A classe médica, eleita como vilã pelo governo, vê sua credibilidade e autonomia profissional cair por terra.
As entidades nacionais FENAM,



LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS | Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí

AMB, CFM vítimas de golpe por parte do governo federal tentam numa atitude hercúlea salvar o que resta, fazendo até mesmo algumas concessões que só serviriam para dar mais espaço às medidas eleitoreiras do governo.
Com os direitos cassados, perda da autonomia e da dignidade profissional só nos resta uma saída - estabelecer uma bancada representativa da classe médica no Congresso Nacional. Precisamos, em cada estado, de representantes da categoria médica eleitos por nós médicos, através de um trabalho planejado e unificado. Assim, teremos voz e voto no legislativo, do contrário, continuaremos sofrendo nos corredores dos hospitais até não termos mais força e assistirmos de canarote a destruição de uma profissão tão honrosa e bela como a medicina.
A classe médica tem força desde que esteja unida em prol de um bem comum e em torno de um objetivo maior, que é uma saúde de qualidade para todos os brasileiros.
SAÚDE SE FAZ COM DIGNIDADE!

artigo

Mais médicos, melhores direitos

ARNALDO BOSON PAES
MESTRE E DOUTOR EM DIREITO E DESEMBARGADOR DO TRT/PI

Por meio da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, o Governo Federal instituiu o "Programa Mais Médicos". A iniciativa pretende ser uma resposta ao clamor social em favor de mais e melhores serviços de saúde pública. Entre os objetivos do programa estão a diminuição da carência de médicos, o fortalecimento da prestação de serviços de saúde em atenção básica, o aprimoramento da formação médica por meio de maior experiência profissional a inserção do médico em formação com o conhecimento da realidade brasileira, a otimização da política de educação permanente com a integração ensino-serviço e o aperfeiçoamento dos médicos para atuação nas políticas públicas de saúde.

Para alcançar os objetivos, entre outras ações, o programa busca reordenar a oferta de cursos e vagas para residência médica, estabelecer novos parâmetros para a formação médica e promover a integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional. Institui um segundo ciclo de formação para os estudantes dos cursos de Medicina, com duração mínima de dois anos, para o treinamento em serviço de atenção básica e em urgência e emergência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Com o "Projeto Mais Médicos para o Brasil", pretende assegurar o preenchimento das vagas disponíveis com médicos formados por instituições nacionais e estrangeiras. Para realização de suas atividades profissionais, os médicos serão remunerados exclusivamente por meio de bolsa.

A questão da saúde pública é grave e complexa. Para ela, não há uma solução. Necessariamente, as soluções são muitas. Algumas simples, outras mais complexas. umas dependendo de mais recursos para investimentos. Algumas desafiando a melhor gestão do sistema. Outras pendentes de profissionais mais motivados e comprometidos, em quantidade, em qualidade e com distribuição adequada, suficientes e capazes de suprir as inúmeras e variadas demandas da sociedade. Por sua complexidade, o problema pode ser enfrentado sob diversas perspectivas. O enfoque aqui é exclusivamente trabalhista e diz respeito à exigência de estruturação de uma carreira

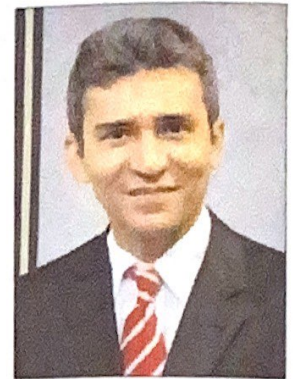
médica compatível com as peculiaridades do exercício da profissão e que, em contrapartida, assegure eficiência na prestação dos serviços de saúde pública aos cidadãos.

Medidas artificiais e midiáticas, como a ampliação do período de formação médica e a importação de médicos estrangeiros nada resolvem. Aumentar em dois anos a duração do curso, com imposição de serviço civil obrigatório, remunerado por meio de bolsa de estudo, além de violar a liberdade de trabalho, precariza mais ainda as condições laborais e não proporciona à sociedade médicos qualificados e experientes. O intercâmbio com profissionais estrangeiros, sem a necessária validação da titulação acadêmica e sem o indispensável conhecimento da realidade do país, cria a falsa ideia do suprimento da carência de médicos, mas não o faz no padrão e na complexidade esperados dos serviços de saúde pública.

Considerados uma elite profissional com fácil acesso ao mercado de trabalho e com bons rendimentos, os profissionais da área médica foram cobrados à margem do sistema de proteção trabalhista. Por imposição de governos, por falta de atuação coletiva e por se sentirem autossuficientes, os médicos vêm assistindo à gradativa deterioração de suas condições de trabalho, gerando uma ampla e intensa precarização, terceirização e "pejorização" da carreira. No âmbito da saúde pública, os vínculos são precários, formados sem concurso, sem direitos básicos, sem garantias mínimas, sujeitos às conveniências políticas e sem o desenvolvimento de uma carreira médica.

O "Programa Mais Médicos", embora tenha o mérito de tentar enfrentar problemas crônicos que afligem o caótico Sistema Único de Saúde, contribui para piorar o que já está muito ruim. As iniciativas reiteram e agravam o processo de aviltamento das condições de trabalho, omitindo-se no dever de debater e instituir uma carreira para os profissionais da área médica, que lhes assegure condições adequadas e justas para o exercício de suas atividades e que traduzam melhores serviços prestados à sociedade.

Embora não seja a única solução, a instituição da carreira é um passo importante e uma grande contribuição ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Isso deve ser precedido de amplo diálogo social, com a participação direta e



democrática dos mais diversos segmentos envolvidos, incluindo governos, sociedade e entidades de classe, em que estejam definidos seus princípios fundamentais, de observância obrigatória no âmbito da União, Estados e Municípios. A estruturação da carreira, por meio de lei, deve ajustar-se às particularidades, aos objetivos e aos resultados esperados do sistema de saúde pública.

Entre esses princípios fundamentais, a carreira deve contemplar o acesso por concurso público, estabilidade no exercício das atividades, qualificação permanente, avaliação contínua de desempenho, evolução por meio de progressões e promoções funcionais, mobilidade com critérios objetivos que permitam o deslocamento territorial entre unidades de serviço e entre entes públicos, remuneração compatível com a complexidade das funções, com níveis que garantam a evolução salarial e com gratificações baseadas em condições específicas, como trabalho em atenção básica de saúde, atuação em localidade de difícil provimento e lotação em setores de urgência e emergência.

Por certo, a instituição da carreira médica no âmbito do Sistema Único de Saúde não garante, por si, qualidade e eficiência na prestação dos serviços. No entanto, sua regulamentação, com definição de sua estrutura e de seus princípios fundamentais, constitui uma grande contribuição para a edificação de um novo sistema de saúde pública, que deve ser visto como um processo aberto, inacabado, cuja construção cabe aos governos, aos profissionais da área e, sobretudo, aos próprios cidadãos, por meio de mobilizações e reivindicações permanentes por mais médicos e melhores serviços de saúde pública.

expediente

DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2013/2016

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Islândia Rocha DRT - 1554 - PI
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Tatiara de França - DRT - 1121 - PI
COLABORAÇÃO: Maria Cristina S. Rocha - DRT - 2070
REVISÃO: Luiza de Marillac Veras Uchôa

PRESIDENTE
LUCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
SECRETÁRIO GERAL|
LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
TESOUREIRO GERAL| RENATO SOARES LEAL
CONSELHO FISCAL| DAGOBERTO BARRROS DA SILVEIRA
CONSELHO FISCAL| LUIS EDSON DOS SANTOS COSTA

CONSELHO FISCAL| WILTON MENDES DA SILVA
SUPLENTE| JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTE
SUPLENTE| ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO
SUPLENTE| SALUSTIANO JOSÉ ALVES DE MOURA JÚNIOR
DELEGADO JUNTO À FENAM| JOBERTO GONÇALVES

VICE-PRESIDENTE
SAMUEL ROBSON MOREIRA RÊGO
DE CARVALHO
DELEGADO JUNTO À FENAM|
CAETANO CORTEZ RUFINO FILHO
SUPLENTE| PAULO MARCIO SOUSA NUNES
SUPLENTE| LÚCIA MARIA DO RÊGO MEDEIROS

A LUTA CONTINUA...

MÉDICOS VÃO ÀS RUAS PARA PROTESTAR CONTRA O "MAIS MÉDICOS"

O Simepi, o CRM-PI e a Aspimed reuniram, na manhã de quarta-feira (03/07), médicos e acadêmicos de medicina do Piauí em manifestação para protestar principalmente contra a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil, sem a revalidação dos diplomas, por meio do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida.

A manifestação, que reuniu centenas de pessoas, teve concentração em frente ao CRM-PI, passou em frente aos principais hospitais de Teresina, seguiu pela Avenida Frei Serafim, debaixo de forte chuva. Em frente ao Hospital Getúlio Vargas os manifestantes fizeram discursos, proferiram palavras de

ordem e cantaram o Hino Nacional.

Depois, seguiram até o Palácio de Karnak, onde o secretário José Luís Martins Maia, em nome do governador Wilson Martins, recebeu o grupo de médicos composto por: Dra. Lúcia Santos (conselheira do CRM), Dr. Emmanuel Fontes (conselheiro do CRM), Dr. Samuel Rêgo (diretor de saúde do Simepi), Dr. Sabustiano Moura (presidente da Aspimed), Dr. Jolberto de Carvalho (tesoureiro do Simepi), Lia Cruz (ginecologista), Marta Rosal e Leonardo Luz (psiquiatra), que representaram a categoria e reforçaram, com o secretário, o posicionamento contra a vinda de médicos estrangeiros para o Estado.



MÉDICOS, ACADÊMICOS E PARLAMENTARES DEBATEM SOBRE O PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Representantes das entidades médicas (Simepi, CRM/PI e Aspimed) reuniram-se no dia 02/03, na sede do Conselho Regional de Medicina, com senadores, deputados estaduais, deputados federais, vereadores, acadêmicos de medicina, representantes da OAB-PI e da APPM para debater o programa Mais Médicos e os vetos do Ato Médico.

As entidades médicas pediram apoio aos parlamentares com relação às consequências do Programa Mais Médicos e dos 10 vetos da presidente sobre o Ato Médico.

O debate foi conduzido pela presidente do SIMEPI, Dra. Lúcia Santos, que destacou que para a categoria o grande problema da saúde não está na falta de médicos, mas na distribuição deles e, principalmente, na falta de estrutura para fixar o médico no interior como a implantação de uma carreira médica Federal.

Também participaram do debate os vereadores Aluísio Sampaio e Teresa Brito; os deputados estaduais Marden Menezes e Francisco Ramos; os deputados federais Hugo Napoleão e Júlio César; o senador Wellington Dias; o autor do projeto de lei do Ato Médico, Dr. Benício Sampaio; representante dos acadêmicos, Wilton Filho; representante da APPM, Paulo Martins; o secretário-geral da OAB/PI, Sebastião Barbosa; e o secretário estadual de saúde, Ernani Maia.

Confira os principais pontos da opinião de cada parlamentar sobre os temas apontados.



SENADOR WELLINGTON DIAS - PT | "Quando se verifica qualquer pesquisa já feita no país, o problema mais grave apontado no Brasil é a saúde.

De um lado me associo à luta dos médicos para que a gente possa fazer o debate; muitas vezes a presidente é criticada pelo fato de ter apresentado o projeto, se não apresentar o projeto não tem solução. O governo reconhece que tem um problema de financiamento e tem um problema de gestão, estamos tratando dos dois, primeiro a definição da participação da União no financiamento, segundo, um modelo de qualificação para gestão em parceria com os municípios e os Estados; o outro, que já está em andamento na primeira etapa do PAC 2, nós estamos tendo em cada município as condições de ter uma unidade estruturada para aquilo que é necessário a atenção básica.

Eu quero chamar a atenção para uma realidade que é colocada, mas que não é mais verdade em 90% dos municípios do Piauí, por exemplo, tem uma unidade básica adequada, têm equipamentos adequados e têm condições de funcionamento, com enfermeira, enfermeira de nível superior; têm, enfim, as condições do funcionamento para atenção básica (...). Mas tem algo, que é a presença do médico, essencial, que é a necessidade da gente fazer a prevenção.



O problema grave real, 3.500 municípios se inscreveram dizendo que precisam ter médico, será que isso por si só já não mostra que tem um problema? Eu acho que mostra!

No Piauí, mais de 120, vamos ser sinceros aqui. Nós temos uma ficção de que todas as equipes do PSF estão preenchidas, mas isso é ficção. Quem anda no interior, chega lá, é o médico beija-flor, vai lá dois dias, um dia, passa umas horas e volta. A realidade que tem município que o prefeito é médico e que não existe um médico residente, tem ali alguns dias da semana que tem a presença do médico três dias, dois dias, é essa que é a realidade. É isso que a população sente, é isso que nós temos que dar a solução (...). Eu queria que as entidades parassem um pouquinho agora para refletir, o ruim é o que a gente tem (...).



DEPUTADO FEDERAL HUGO NAPOLEÃO - DEM | "Essa questão abordada aqui chegou em um bom momento. A minha preocupação com saúde sempre foi grande (...). Essa questão que os médicos estão

imbuídos poderia ter sido discutida com os conselhos regionais antes das deliberações, e que muitas vezes as coisas não acontecem por falta de discussões. Nós falávamos aqui do ato médico, do revalida de uma carreira, e todos temos que ter uma carreira, procuradores têm carreira, os médicos não têm carreira definida, isso é uma questão que tem que ser realmente examinada com atenção. Os médicos são verdadeiramente corajosos de enfrentar por interior a fora situações afletivas (...), quem anda pelo interior como eu ando, e verifica os hospitais, sabe que eles encontram grandes e incomensuráveis dificuldades."

DEPUTADO FEDERAL JÚLIO CÉSAR - DEM | "Não se pode trazer modelo de Cuba, nós temos que enfrentar nossa realidade. É um

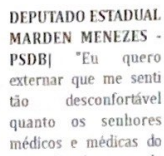


dever do Estado, um direito do cidadão, a saúde está na Constituição, não é cumprida ou é cumprida parcialmente, e nós temos que enfrentar o problema de frente, com diálogo permanente. O que falta no Brasil é diálogo, eu nunca vi resolver um problema tão complexo com Medida Provisória, como querem resolver o problema da medicina no Brasil agora no governo Dilma."



PREFEITO DE CAMPO MAIOR, PAULO MARTINS - REPRESENTANDO A APPM | "A nossa agonia, principalmente nos municípios pequenos, é que tenha condições de se ter um médico no seu

município. Nós temos o programa Mais Médicos, que são 15 bilhões de investimentos, eu acho de extrema importância que os Conselhos de Medicina e que os médicos, pela credibilidade, façam com que o Governo Federal execute isso. Nesse plano aqui, eu acho que pra gente é importante que isso de fato seja executado, para criar condições de que todos os municípios tenham uma estrutura básica que o médico possa atender melhor."



DEPUTADO ESTADUAL MARDEN MENEZES - PSDB | "Eu quero externar que me senti tão desconfortável quanto os senhores médicos e médicas do nosso Estado, como do Brasil, quando em plena crise e ecbção das manifestações Brasil a fora, a presidente da república se dirigiu à nação brasileira deixando transparecer que o problema do SUS ou da saúde seria única e exclusivamente ligado à questão dos médicos ou da falta de médicos. Naquela altura, como cidadão, eu assistindo ao pronunciamento em cadeia nacional da presidente, me senti desconfortável, até porque sou filho de médico, tenho vários familiares que atuam e trabalham na área da saúde. E naquele momento, dirigindo-se para todo o público, para toda a população

brasileira, composta também por pessoas que não têm um nível de instrução tão alto, a presidente, de forma infeliz, tratou de um problema extremamente complexo, direcionando quase que única e exclusivamente para a classe médica. Na minha opinião, foi um erro muito grande. Essa medida provisória de agora, mais parece uma tentativa política de dar uma resposta às manifestações, do que propriamente a vontade de resolver o problema, já que para uma medida provisória, constitucionalmente são necessários dois requisitos, a relevância e a urgência, e como legislador estadual e operador do Direito, eu não consigo verificar a urgência para justificar uma Medida Provisória."

DEPUTADO ESTADUAL FRANCISCO RAMOS - PSDB | "As



Upas são um depósito de doentes esperando vagas nos hospitais. O Brasil perdeu 42 mil leitos nas Santas Casas e nos hospitais filantrópicos, desativados por absoluta falta de recursos para mantê-los, são 180 mil leitos, hoje, que o SUS está perdendo. É ridículo o que ele paga aos procedimentos médicos, porque o SUS não repassa dinheiro para o Estado e nem repassa dinheiro para a prefeitura, ele compra serviços do Estado e da prefeitura, e paga mal. No Brasil, 80% da população é dependente do SUS. Essa portaria criou uma situação impossível de serem instaladas ações básicas de saúde, que estão de olho nos médicos, mas não são os médicos os responsáveis. Essa visão que se está dando à saúde pública no Brasil é errada, um médico sozinho numa cidade não faz nada."



ACADÊMICO DE MEDICINA DA UFPI - ANTONIO JOSÉ BORGES | O programa Mais Médicos já começou errado, era para ser debatido e não ser colocado como a

presidente colocou, através de uma Medida Provisória, e no seu princípio, na essência do projeto, ele fere vários princípios constitucionais, como a liberdade do livre exercício profissional e do concurso público."



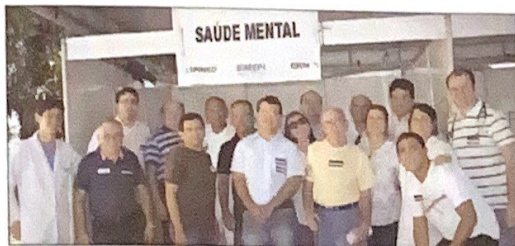
MÉDICOS ATENDEM POPULAÇÃO DE GRAÇA EM PROTESTO NA CAPITAL

Durante toda a manhã do sábado (03/08), médicos realizaram atendimentos gratuitos na Praça João Luís Ferreira, como forma de protesto contra a Medida Provisória 621/2013, que institui o Programa Mais Médicos e os vetos ao Ato Médico.

A população recebeu atendimento nas áreas de ginecologia, cardiologia, ortopedia, pediatria, psiquiatria,

oftalmologia, clínica médica, clínica cirúrgica, endocrinologia, ortopedia, verificação de pressão arterial e teste de glicemia.

A atividade fez parte do calendário de protestos, que teve início no dia 23/07 com a distribuição da "Carta Verdade" para os pacientes na rede pública e privada e o uso do adesivo "Orgulho de ser médico" por todos os médicos do Piauí.



Paralisação Nacional dos estudantes de Medicina

Os estudantes de medicina de todo o país realizaram, no dia 08 de agosto, uma paralisação nacional contra a Medida Provisória 621/2013, que institui o programa Mais Médicos.

Em Teresina, com o apoio das entidades médicas (SIMEPI, CRM e ASPIMED), os estudantes se concentraram em frente ao Hospital Getúlio Vargas e seguiram até a Assembleia Legislativa, onde foi agendada audiência pública do programa Mais Médicos.

Entidades Médicas e acadêmicos participaram de audiência pública sobre o "Mais Médicos"

As entidades médicas do Piauí (Simepi, Aspimed e CRM) e os acadêmicos de Medicina participaram, no dia 12/08/13, de audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir a Medida Provisória 621/2013, que institui o programa Mais Médicos e os vetos do Ato Médico.

A diretora da FENAM e presidente do SIMEPI, Dra. Lúcia Santos, reforçou a importância do debate como forma de a categoria ser ouvida pelos representantes políticos. "Essa audiência é extremamente importante para que nossos representantes nos escutem. Só existe uma maneira de fixar o médico no interior, com a realização de concurso público e implantando uma carreira médica Federal".

O deputado Marden Menezes - PSDB apoia a categoria e acredita que para solucionar os problemas da saúde o primeiro passo é ouvir a categoria e seus representantes, destacando sua indignação com o programa Mais Médicos. "Foi constrangedor ouvir a presidente falar em rede nacional que vai resolver os problemas da saúde importando médicos", finalizou.

A categoria também rece-



AUDITORIA EM SAÚDE

INSCRIÇÕES ABERTAS!

Carga Horária: 500 horas

Informações: (86) 3221-4402 / 9949-5269

(86) 9424-2002 / www.aspimed.org.br

beu apoio dos deputados estaduais Tererê, Amparo Landim e Flora Izabel, e do secretário municipal de saúde, Noé Fortes.

O representante dos estudantes Wilton Filho, disse que os estudantes não vão aceitar a atual situação imposta pela presidente. "Nós somos o presente e o futuro da Medicina e não vamos aceitar o que estão fazendo com os médicos e estudantes".

Ao final da audiência foi elaborado um documento pelos estudantes e entidades médicas com as reivindicações expostas, que será entregue ao vice-presidente da república essa semana. "O documento vai ser levado ao plenário da Assembleia para ser votado e será levado, em nome de todos os deputados do Piauí, a Brasília", concluiu o presidente da Assembleia Legislativa, Themistocles Sampaio.

REFLETINDO SOBRE A SAÚDE NO GOVERNO DILMA

ANTONIO JOSÉ BORGES
ACADÊMICO DE MEDICINA DA UFFI

Aproveitando o momento caótico pelo qual passa a saúde pública brasileira faço uma análise multimídia e esclarecedora dos fatos que chamaram atenção nos últimos dias.

Começando pelos vetos da presidente Dilma Rousseff aos pontos mais polêmicos do projeto que visa regulamentar o exercício da medicina, que ficou conhecido como Ato Médico. O projeto foi votado e aprovado no congresso nacional e enviado para sanção pela presidente Dilma. De forma autoritária e injustificável, a presidente vetou aquilo que seria o coração do projeto; falo do diagnóstico e terapia, que como manda o projeto, seriam atividades exclusivas dos médicos. Ao vetar qualquer artigo, inciso ou parágrafo, a presidente estava negligenciando o trabalho árduo dos parlamentares que se debruçaram sobre o projeto.

Depois dos vetos ao Ato Médico, Dilma,

querendo desviar o foco das críticas, querendo evitar despencar mais ainda sua popularidade e, claro, querendo garantir sua reeleição em 2014, lança o programa MAIS MÉDICOS (que se fosse denominado mais investimentos para o SUS mudaria todo o cenário e, quem sabe, pudessemos caminhar rumo a tão sonhada saúde pública de qualidade), juntamente com o Alexandre Padilha e o papagaio de pirata chamado Aluisio Mercadante, que tiraram da cartola mágica a solução para o problema existente em regiões desprovidas de médicos, também existe a alocação de médicos em áreas carentes de profissionais, através do provimento de uma bolsa no valor de dez mil reais como pagamento pelo trabalho. Vale ressaltar, nesse ponto, que Dilma se aproveita do MAIS MÉDICOS para impor sua política de importação de médicos estrangeiros para comungar com a política Fidelista imperante na ilha de Cuba, da seguinte forma: as vagas remanescentes do pro-

grama serão preenchidas pelos médicos estrangeiros que não passaram pelo exame REVALIDA.

É evidente que um dos, ou talvez o maior problema brasileiro hoje é a precariedade da saúde pública, quero dizer, saúde dos outros, porque a da presidente fica por conta do caça-níquel chamado Sírio Libanês. Já que é algo garantido constitucionalmente, art 196 da constituição, que diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, deveria ser levada mais a sério. A política pública de saúde no Brasil é efetivada por meio do SUS, que para atingir tal objetivo precisa receber investimentos suficientes para sua demanda, como isso não ocorre, imediatamente aparecem as consequências, que são as precarizações existentes em todos os níveis no SUS. Isso decorre do fato de atualmente o Brasil investir menos de 4% do PIB em saúde pública, investimento bem inferior ao de países como Espanha e Suécia, que investem algo em torno de 7

a 9%. Para tentar resolver o subfinanciamento do SUS, foi criada a Emenda Constitucional 29, ou mais conhecida como emenda da saúde.

A EC-29 regulamenta as aplicações mínimas do governo federal, dos Estados e municípios em saúde. O texto original, aprovado em 2011 no congresso nacional, já vinha caducando. Semelhante ao ato médico, diz que a União destinará à saúde o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do PIB dos dois anos anteriores ao ano da lei orçamentária. Por exemplo, em 2013 o governo federal deveria investir o mesmo valor empenhado em 2012 mais a variação do PIB de 2011 para 2012, enquanto Estados seriam obrigados a investir 12% de seus impostos arrecadados e os municípios, por sua vez, investiriam 15%. Dilma mais uma vez desperdiça a chance de melhorar a prestação de serviço pelo SUS e vota a parte sobre o acréscimo da variação do PIB, ou seja, Dilma foi contra aplicar o lucro do PIB de um ano para outro na

saúde, novidade!! Para mostrar o real problema da falta de médicos no Brasil, faço uso de uma pesquisa intitulada "Demografia médica e seus indicadores", mostrando que no Brasil não faltam médicos e, sim, que eles estão mal distribuídos. Em Brasília, por exemplo, existem mais de quatro médicos para cada mil habitantes, enquanto no Maranhão, essa razão fica inferior a um. Igual a 0,68. Como solução para a falta de médicos em determinadas regiões, as entidades médicas rogam pela implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos, assim como a aprovação e implantação da carreira de Estado do médico, para livrar os médicos de bolsas.

Ops! Mais se for para a Dilma sancionar as propostas citadas acima, cortando o pulso delas, como fez no ato médico e na EC-29, melhor não sancionar. Depois do explicitado aqui neste escrito, faço um apelo para a reflexão em relação à forma como a saúde está sendo tratada atualmente pelo governo Dilma.

CARREIRA MÉDICA

MAGNO PIRES

A implantação da Carreira Médica é uma bandeira que vem sendo levantada e discutida pelas entidades que representam a categoria médica em todo o Brasil. No Piauí, o assunto é defendido veementemente pelo Sindicato dos Médicos, Conselho Regional de Medicina e Associação Piauiense de Medicina.

A luta por uma remuneração mais digna já foi alcançada pelos médicos com vínculo no Estado. O advogado e membro da Academia Piauiense de Letras Magno Pires, destacou, em seu artigo intitulado

"Medicina poderá ser Carreira de Estado", a importância e a necessidade da implantação da Carreira Médica. Confira abaixo trechos do artigo:

"Transformando a medicina em Carreira de Estado, como já ocorre com outras categorias no serviço público, o governo brasileiro solucionará um sério problema da saúde na administração pública nacional. A falta de profissionais da medicina em centenas de municípios brasileiros".

"Os procuradores Federais, advogadas

da União, defensores públicos, magistrados, delegados Federais, auditores da Receita Federal, promotores dos Estados, dentre outras carreiras, todos enquadrados e/ou elevados à condição de profissionais de Estado, em conformidade com a constituição de 1988".

"Em alguns Estados, como no Piauí, os profissionais de medicina já discutem o problema. E querem ampliar para um movimento nacional, envolvendo toda a classe médica do Brasil, inclusive escolhendo um representante do movimento em cada Estado para defender os

interesses dos médicos, relativamente à transformação em Carreira de Estado".

"O movimento prevê sensibilizar, inicialmente, senadores, deputados federais e estaduais em cada Estado, e transformá-los em agentes de defesa do movimento e da classe médica no parlamento. Mas, sobretudo, médicos detentores de mandatos legislativos. O Piauí, por exemplo, está sendo pioneiro no movimento, espelhando-se na decisão do governador Wilson Martins que elevou, recentemente, a classe à categoria de Carreira de Estado, beneficiando-a com

melhores salários. Com o plano, médicos já se aposentam com R\$ 13.500,00, exclusivamente por conta da Carreira de Estado".

"Os médicos querem o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, como aliado. Principalmente ele, que trabalhou como sanitarista na Amazônia, onde as condições de saúde não são boas. A Associação Piauiense de Medicina e o Sindicato dos Médicos farão campanha em todo o Brasil para sensibilizar a presidente Dilma Rousseff e o ministro da saúde, Alexandre Padilha".

CARTÃO SIMEPI

Apresentamos as novas parceiras do cartão Associativo Simepi. O cartão Simepi oferece descontos especiais para médicos sindicalizados. Veja lista completa das empresas em: www.simepi.org.br/cartaoassociativo.php



MINDS - INSTITUTO EUROPEU DE IDIOMAS | Oferece descontos de até 40% para médicos sindicalizados. Avenida Frei Serafim 1656 - Centro



ACCESS - AUTOMAÇÃO E TECNOLOGIA | Desconto especial de 5% para qualquer tipo de serviço prestado pela empresa, independente da quantidade, cujo desconto será dado sobre o valor efetivamente praticado.



PH MASTER - CONSTRUTORA | Desconto de 10% nos projetos de arquitetura na contratação da construção do mesmo, cujo desconto será dado sobre o valor efetivamente praticado.



AUTOESCOLA SERVEPLAC | Desconto de 10% nos serviços prestados pela empresa.



POUSADA COQUEIRO BEACH | Oferece desconto especial de 15% nos valores de hospedagem, independente da quantidade, cujo desconto será dado sobre o valor efetivamente praticado, de acordo com a tabela praticada por ela costumeiramente, exceto durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho, bem como nos dias de feriados e datas comemorativas em geral.

REGIONAIS

SIMEPI FAZ REUNIÃO COM MÉDICOS DE PARNAÍBA

O Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI e o Conselho Regional de Medicina - CRM, reuniram-se na quinta-feira (03/10) com os médicos de Parnaíba. Durante o encontro foram discutidos os problemas enfrentados pela categoria no município; dentre eles, a situação dos médicos do Hospital Regional Dirceu Arcoverde - HEDA, e a paralisação dos médicos municipais.

No dia seguinte, as entidades médicas realizaram uma visita ao HEDA e se reuniram com a diretora, Clara Leal, que expôs a realidade em que se encontra o hospital. Um dos principais pontos citados pela diretora foi a respeito de possíveis desvios de verbas, informações que foram noticiadas pela imprensa. "Até onde eu tive alcance com a análise de documentos, eu não encontrei nada que prove ou mostre que houve desvio de recursos, mas, sim, falhas administrativas causadas por dificuldades encontradas na gestão", destacou Clara Leal.

Clara ainda explicou que o que existe é a falta de médicos e outros profissionais para se garantir o atendimento diário à população, situação que foi comprovada pelas entidades médicas.

"Nós encontramos médicos que estão praticamente morando aqui no hospital. Por exemplo, o pediatra cumpre a sua escala normal, mas ele é obrigado a trabalhar de forma extra para suprir a falta de outros pediatras, nos outros dias da semana, o que muitas vezes aconteceu apenas com um acordo verbal entre o médico e a direção do hospital", pontuou a Dra. Lúcia Santos, presidente do SIMEPI.

"Não existe improbidade nesse hospital, o que existem são contratos



precários, que foram aceitos pelo gestor do órgão. Acima do procedimento administrativo está o direito à sobrevivência do paciente, e qualquer declaração nesse sentido é leviana", destacou o Dr. Emmanuel Fontes, presidente do CRM.

Além dos problemas administrativos, foram relatados e identificados problemas na estrutura do HEDA. "Falta fôlego na sala onde são realizados os partos normais, com isso temos muitas dificuldades", declarou Yone Lima, técnica de enfermagem. "Temos uma sala de pós-parto

com sete leitos, que nunca foram utilizados por falta de estrutura" finalizou Luzimário Silva, obstetra.

O HEDA passa por uma auditoria e, após pedido do Ministério Público, a Polícia Federal determinou a abertura de inquérito para apurar denúncias de irregularidades no hospital.

As entidades médicas aguardam o fim do inquérito para que os culpados sejam apontados e responsabilizados por possíveis erros. As entidades também irão tomar medidas jurídicas sobre os fatos.



SIMEPI inicia luta por Carreira Médica em Picos

Representantes do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí e do Conselho Regional de Medicina estiveram reunidos na sexta-feira (20/09) com o prefeito do município de Picos, Kleber Eulálio.

A reunião foi agendada pelo representante do SIMEPI de Picos, Dr. José Almeida, para tratar da implantação da Carreira Médica no município.

Para o Dr. José Almeida existe a real necessidade da melhoria salarial em Picos, a exemplo de Teresina. "Precisamos de uma carreira como outras categorias, já que escolhemos trabalhar e morar numa cidade do interior com nossas famílias", destacou.

"Nós resgatamos a história da carreira pública como forma de se ter uma remuneração justa e atendimento de qualidade no serviço público", pontuou a Dra. Lúcia Santos, presidente do Sindicato dos Médicos.



O tesoureiro do SIMEPI, Dr. Renato Leal, e o presidente da CBHFM-PI, Dr. Samuel Régio, apresentaram ao prefeito a tabela da Prefeitura de Teresina, que servirá como base para implantação no município.

O prefeito Kleber Eulálio garantiu que em trinta dias fará uma nova reunião com as entidades para apresentar os resultados da avaliação sobre os valores apresentados, mas afirmou que tem todo interesse em implantar a Carreira Médica em Picos. "Eu vou analisar essa tabela e em trinta dias vamos nos reunir novamente para apresentar o orçamento para vocês", finalizou.

Visita ao Hospital Regional Justino Luz

Em visita ao Hospital Regional Justino Luz (HRJL), os médicos relataram a necessidade de melhorias no hospital como a contratação de médicos aprovados no último concurso realizado; informações que foram constatações durante fiscalização realizada pelo CRM.

Outra necessidade cobrada foi a qualifi-

cação profissional para os médicos que trabalham no hospital e no PSF.

Os conselheiros do CRM, Dr. Emmanuel Fontes e Dra. Lúcia Santos, garantiram que os médicos de Picos vão receber, por meio do CRM, os cursos de atualização na própria cidade. Para isso será usada uma verba específica para a educação médica.

conquista

Reajuste do IAPEP é implantado

Foi acordado entre o presidente do IAPEP, Flávio Nogueira, e o Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI, o reajuste dos valores das consultas médicas relativo ao mês de janeiro, que será de R\$ 60,00 (sessenta reais).

Os valores referentes aos procedimentos serão reajustados. Os valores estão sendo negociados.

O diretor-geral do IAPEP, Flávio Nogueira, destacou algumas novidades para a categoria médica. "Houve um aumento no valor pago das consultas médicas, que passou para sessenta reais. Todos os pagamentos médicos foram cobrados em dia e o credenciamento agora é do médico e não da empresa", concluiu.

Novas instalações

O novo prédio do IAPEP foi inaugurado no dia 08/10, após passar por reforma em toda sua estrutura.



Comissão fecha novos valores com planos de saúde

Após realizar paralisação do atendimento, do dia 15 de julho a 15 de agosto dos planos de saúde Cassi, Capesaúde e Saúde Caixa, a Comissão Estadual de Honorários Médicos do Piauí fechou os seguintes acordos:

SAÚDE CAIXA

- Ficou acordado que o valor da consulta passará de R\$ 60,00 (sessenta reais) para R\$ 70,00 (setenta reais), a partir do dia 01/08/2013. Veja os valores.
- 5ª Edição da CBHPM
- Porte: redutor de 15,50%
- UCO: redutor de 28,48% - valor da UCO: R\$ 8,22
- Consulta médica: R\$ 70,00
- Consulta pediátrica e psiquiátrica com retorno de 15 dias
- Vigência: 01/08/13

CASSI e CAPESAÚDE

Ficou acordado que o valor da consulta será de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) a partir do dia 01/10/2013. Os atendimentos devem ser restabelecidos.

Veja os valores:

- Consulta: R\$ 66,00, com vigência em 01/10/2013;
- Porte: 5ª edição da CBHPM, com deflator de 20%;
- UCO: 5ª edição da CBHPM, com deflator de 25%;
- Vigência Porte e UCO: 01/09/2013;
- Retorno em até 15 dias para Pediatria e Psiquiatria.

VITÓRIAS

PREFEITURA DE TERESINA COMEÇA A IMPLANTAÇÃO DO NOVO REAJUSTE

Foi aprovado na quinta-feira (22/08), na Câmara Municipal de Teresina, o aumento para os médicos vinculados à Prefeitura Municipal de Teresina.

A conquista é mais uma vitória da categoria junto às entidades médicas SIMEPI, CRM e ASPIMED, que batalharam incansavelmente pelo reajuste.

A tabela ficou definida em três etapas, com mudanças de níveis. A primeira etapa paga em agosto de 2013, a segunda em agosto de 2014 e a terceira em agosto de 2015. Durante assembleia geral a categoria aprovou a nova tabela por unanimidade.



educação



Jornada Espírita é realizada no SIMEPI

Foi realizada no dia 23/08, no auditório do SIMEPI, o Seminário Pré-Jornada, como parte da VII Jornada da Associação de Médicos Espíritas do Piauí.

O tema discutido durante o encontro foi "Ética da Expressão e da Comunicação" e teve como palestrante o Dr. Kéops Vasconcelos, que tratou da "Medicina Espiritual e a Ética da Vida".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA	
FUNCCIONALISMO PÚBLICO - PODER EXECUTIVO	
ORGÃO: 00100 - CDS CENTRO NORTE	
UNIDADE: 00100 - C. DE S. RITA A VISTA	
RFB: 1000 - 00110012	
CONTRACHEQUE	
DATA: 02/08/2013	VALOR: R\$ 12.089,20
VALOR DE PAGAMENTO: R\$ 12.089,20	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00
VALOR LÍQUIDO: R\$ 12.089,20	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00
VALOR DE PAGAMENTO: R\$ 12.089,20	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00
VALOR LÍQUIDO: R\$ 12.089,20	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00

CONTRACHEQUE 01:
Em 2012, o médico tinha um vencimento bruto de R\$ 12.089,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA	
FUNCCIONALISMO PÚBLICO - PODER EXECUTIVO	
ORGÃO: 00100 - CDS CENTRO NORTE	
UNIDADE: 00100 - C. DE S. RITA A VISTA	
RFB: 1000 - 00110012	
CONTRACHEQUE	
DATA: 02/08/2013	VALOR: R\$ 14.118,03
VALOR DE PAGAMENTO: R\$ 14.118,03	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00
VALOR LÍQUIDO: R\$ 14.118,03	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00
VALOR DE PAGAMENTO: R\$ 14.118,03	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00
VALOR LÍQUIDO: R\$ 14.118,03	VALOR DE DÉBITO: R\$ 0,00

CONTRACHEQUE 02:
Em 2013, o médico passou a receber, bruto, R\$ 14.118,03

✓ Tabela disponível em: www.simepi.org.br/documentos.php

artigo jurídico

Programa Mais Médicos

JONILDO TORRES
ADVOGADO OAB Nº 5.362-PI/2006

Em julho de 2013 os brasileiros foram brindados com a Medida Provisória de nº 621, que mais tarde, em 22 de outubro, se transformou na Lei nº 12.871, que entre outras providências, instituiu o Programa Mais Médicos.

Os Ministros Alexandre Rocha Santos Padilha, Aloizio Mercadante Oliva e Miriam Aparecida Belchior, ao proporem a medida provisória 621, trouxeram em sua exposição de motivos, que a finalidade da mesma seria:

I - diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde;

II - fortalecer a prestação de serviços na atenção básica em saúde no país;

III - aprimorar a formação médica no país e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação;

IV - ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira;

V - fortalecer a política de educação permanente, com a integração ensino-serviço, por meio da atuação das instituições de educação superior na supervisão acadêmica das atividades desenvolvidas pelos médicos;

VI - promover a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais da saúde brasileiros, e médicos formados em instituições estrangeiras;

VII - aperfeiçoar médicos nas políticas públicas de saúde do país e na organização e funcionamento do SUS; e

VIII - estimular a realização de pesquisas aplicadas no SUS.

No dia 27 de agosto de 2013, após pressão política do Congresso, o Ministério da Saúde divulgou o termo aditivo firmado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde, com a Organização Pan-americana de Saúde – Opa.

Sendo que esse termo aditivo assinado pelo ministério da Saúde, devido à falta de discussão entre o governo e a sociedade, foi mal planejado, mal construído e, sobretudo, desprovido de legitimação prévia, um verdadeiro ato de império.

O Programa Mais Médicos foi criado por uma Medida Provisória, deixando clara a crise institucional entre os três

poderes, que vem ocorrendo em nosso país, ou seja, o Poder Executivo, que deveria executar as leis, está usurpando a competência do Legislativo, com a edição de um número absurdo de Medidas Provisórias.

A lentidão do Congresso em votar os projetos de leis é a principal responsável pela existência do instituto da Medida Provisória, sendo que esse fato se dá pela tradição de negociar a tramitação das leis dentro do congresso brasileiro, mas isso, por si só, não justifica a enervada edição de medidas provisórias.

O artigo 62 da Constituição Federal determina que para ser editada uma Medida Provisória são necessários dois requisitos básicos: a relevância e a urgência. Apesar de a saúde no Brasil ser um problema urgente e relevante, o Programa Mais Médicos, por ser provisório, infelizmente não resolverá de inopina todas as mazelas da saúde criadas pela ausência de um planejamento estratégico da saúde em nosso país.

Outra coisa que chama atenção é o custo do Programa Mais Médicos, que de acordo com a nota de empenho específica, apenas neste exercício 2013 serão destinados ao mesmo aproximadamente R\$ 511.000.000,00, dos quais, R\$ 1.309.7700,00 para diárias, R\$ 12.242.500,00 para passagens aéreas, R\$ 469.000.000,00 para serviços de pessoas físicas, R\$ 4.073.000,00 para serviços de pessoas jurídicas e R\$ 24.331.000,00 para remuneração da própria Opa.

O orçamento de 2013 repassou para o Ministério da Saúde o valor de R\$ 99,2 bilhões para o custeio de toda a saúde, e para o exercício completo de 2013, enquanto só o Programa Mais Médicos consumirá, em apenas cinco meses, o valor de R\$ 511.000.000,00, imagine o valor que será destinado em 2014, dinheiro esse que se fosse investido de forma planejada, em um plano estratégico, poderia trazer resultados mais duradouros.

Outro aspecto legal que preocupa é a questão laboral, pois a constituição garante aos trabalhadores alguns direitos básicos tais como: registro de CTPS, FGTS, Previdência Social e a remuneração.

Com relação à remuneração, o problema é mais grave, pois a legislação pátria determina que o bolsista deve receber diretamente a sua retribuição, sendo que no caso dos médicos estrangeiros (cubanos), o dinheiro será enviado a

Cuba, para depois ser repassado aos intercambistas.

Outro princípio constitucional que o programa está passando por cima é o do concurso público, haja vista que os intercambistas vão trabalhar para o Sistema Único de Saúde - SUS, ou seja, entidade pública, sendo que neste caso existe a questão da acessibilidade aos cargos públicos.

Mas, o Congresso Nacional vetou as emendas que pretendiam conceder aos médicos participantes do programa os direitos trabalhistas básicos.

Após um questionamento, me deparei com outro dilema, "a condição do profissional do programa"

O artigo 13 da Lei 12.871 determinou que só poderão participar do Programa Mais Médicos os médicos formados em instituições de ensino superior brasileiras ou com o diploma revalidado no país, e os médicos formados em instituições de educação superior estrangeiras, por meio de intercâmbio médico internacional.

São condições para a participação do médico intercambista no Projeto Mais Médicos para o Brasil, a apresentação de diploma expedido por instituição de educação superior estrangeira, a apresentação de habilitação para o exercício da medicina no país de sua formação, e conhecimento da língua portuguesa.

O Despacho Sejur nº 355/2013, do Conselho Federal de Medicina, traz em seu artigo 9º que devido ao caráter educacional do Programa Mais Médicos, o mesmo será integrado pelo médico participante, que será submetido ao aperfeiçoamento profissional supervisionado, pelo supervisor, profissional médico responsável pela supervisão profissional contínua e permanente do médico e pelo tutor acadêmico, docente médico que será responsável pela orientação acadêmica. Valendo destacar que o médico participante intercambista "exercerá a medicina exclusivamente no âmbito das atividades de ensino, pesquisa.

O Intercambista, à luz do direito pátrio, não seria um profissional qualificado para atender de maneira isolada o paciente brasileiro, haja vista que os mesmos, de acordo com a legislação, estão no Brasil na condição de Estudantes.

Baseado na legislação e no despacho do CBF, fica clara a necessidade de médicos brasileiros, ou que tenham feito o revalida, para poder dar condições de trabalho aos intercambistas, fica então a pergunta: se não existe profissionais médicos para atender nos rincões do Brasil, onde o Ministério da Saúde encontrará os supervisores e tutores?

SIMEPI realiza eleições para triênio 2013/2016

Foi realizada no dia 08/10 a eleição do SIMEPI para o triênio 2013/2016. Com a soma dos votos, foi eleita a chapa "Orgulho de ser médico!" A posse foi realizada no dia 18/10, durante a festa do médico, no Piness Buffet.

CONFIRA OS NOMES QUE COMPÕEM A CHAPA VENCEDORA:

- LÚCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
- SAMUEL ROBSON MOREIRA RÊGO
- LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
- RICARDO PARANAGUA DE CARVALHO
- RENATO SOARES LEAL
- EMMANUEL AUGUSTO CARVALHO FONTES
- CARLOS RENATO SALES BEZERRA
- CARLOS FRANCISCO ALMEIDA DE OLIVEIRA
- ERICK BARRROS ARAÚJO LUIZ
- JOSÉ HENRIQUE MARQUES VALRIAN CAMPOS FEITOSA
- JOSÉ FERREIRA NETO
- JOAQUIM MARQUES DA SILVA
- MIGUEL AUGUSTO ARCOVERDE NOGUEIRA
- FRANCISCO JOSÉ CAVALCANTE ANDRADE
- EDSON CIPRIANO FEITOSA
- RAIMUNDO NOGUEIRA DE SÁ FILHO
- EDIWYRTON DE FREITAS MORAIS BARRROS
- NEWTON NUNES DE LIMA
- SOCORRO WILLIANA SOARES FERREIRA
- VINÍCIUS PONTES NASCIMENTO
- GIL HELDER DOS SANTOS FONSECA
- GERARDO VASCONCELOS MESQUITA
- GILVAN DE JESUS LIMA MALTA
- DAGOBERTO BARRROS DA SILVEIRA
- LUIZ EDSON DOS SANTOS COSTA
- WILTON MENDES DA SILVA
- JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTE
- ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO
- SALUSTIANO JOSÉ ALVES DE MOURA JÚNIOR
- JOLBERTO GONÇALVES DE CARVALHO
- CAETANO CORTEZ RUFINO FILHO
- PAULO MÁRCIO SOUSA NUNES
- LÚCIA MARIA DO RÊGO MEDEIROS
- JOSÉ OSVALDO GOMES DOS SANTOS
- ADEGILDES GONÇALVES DE MELO ARAÚJO
- OSMUNDO DE MORAIS ANDRADE
- PEDRO ATEM JÚNIOR
- JOSÉ ALMEIDA LEAL
- NAYDELTON SILVA MOURA
- RAIMUNDO NONATO SANTANA FILHO
- JOÃO PACHICO CAVALCANTE NETO
- SALVADOR NEIVA RIBEIRO DOS SANTOS
- CRISTIANO DE SOUSA PAES LANDIM

academia

GOVERNADOR E MÉDICO WILSON MARTINS TOMOU POSSE NA ACADEMIA PIAUIENSE DE MEDICINA

Foi realizada no dia 24 de agosto, na sede do SIMEPI, a eleição da Academia Piauiense de Medicina para a cadeira de número 49, que pertenceu ao médico Fernando Correia Lima.

Eleito por unanimidade, o médico Wilson Martins tomou posse no dia 29 de agosto. A solenidade ocorreu no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.



FOTO: FERNANDO TORRES

CRM-PI CANCELA REGISTROS PROVISÓRIOS DE MÉDICOS ESTRANGEIROS

O Conselho Regional de Medicina do Piauí cancelou na tarde do dia 29 de outubro o registro dos primeiros médicos intercambistas que chegaram ao Piauí para atuarem em municípios do Estado, ao todo 19, sendo um brasileiro, formada na Universidade de Cadiz, na Espanha, e os demais oriundos de Cuba. Os registros provisórios foram concedidos pelo CRM-PI por uma imposição legal. Porém, os conselheiros consideraram que o Governo Federal não cumpriu um acordo com o Conselho Federal de que esses médicos, que já estão no Estado desde o começo do mês de outubro, só atuariam com a supervisão de tutores e supervisores, relação essa de nomes que não foi encaminhada ao CRM-PI, o que tornou inviável a sustentação dos registros provisórios.

O Conselho deixa claro que não

há nenhuma resistência ao trabalho dos intercambistas no Piauí, o que se quer é a lisura e os procedimentos éticos e regulamentares acordados para que haja uma transparência e observação do trabalho desses profissionais, que fazem parte do Projeto Mais Médicos, criado por meio da MP 621/2013. Os demais médicos que chegaram ao Brasil e agora os médicos que também tiveram seus registros cancelados pelo CRM-PI ficarão à disposição do Ministério da Saúde.

O presidente do Conselho, Emmanuel Fontes, e todo o Conselho informaram as razões que levaram o órgão a tomar a medida. "Nosso intuito é salvaguardar a sociedade e também a Medicina, como um todo, no nosso Estado. Com isso nos eximimos de qualquer tipo de falhas que porventura venham a ocorrer com a atuação desses médicos, ao passo



EMMANUEL FONTES, presidente CRM-PI, com o 1º Secretário Elisário Cardoso Júnior

que o Conselho manterá seu trabalho de fiscalização para com o trabalho desses estrangeiros no Piauí", informou Manoel Fontes.

Brasil-Cuba: pacto oficializa o trabalho escravo

O Conselho Regional de Medicina do Piauí - CRM-PI considera que os médicos estrangeiros participantes do Programa Mais Médicos são vítimas de um programa que foi imposto à sociedade brasileira por meio da MP 621/2013. Várias razões levam a crer que esses profissionais, a maioria oriundos de Cuba, estão chegando ao país para atuar como trabalhadores escravos, sob alguns aspectos, o que se caracteriza uma afronta à Constituição Federal. Entre eles, a impossibilidade de trazer família, não poder conceder entrevista, não poder relacionar-se com brasileiros, ter o passaporte retido, ter horário para recolher-se e não poder desobedecer-se sem permissão. Qual país utiliza esse tipo de política, a não ser em uma ditadura que o nosso governo compactua? O Art. 1º da CF trata do Estado Democrático de Direito e apresenta fundamentos, tais como: III - a dignidade da pessoa humana e IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Para o CRM-PI, entre os aspectos que coíbem os médicos estrangeiros na situação de vítimas estão a não liberdade de escolha sobre qual município poderão atuar, a não liberdade para exercer a medicina fora das atividades do programa e caso o façam serão expulsos do programa. Outro ponto grave é que esses

profissionais somente receberão entre 10% da bolsa de R\$ 10 mil, oferecida pelo governo brasileiro. O valor integral será repassado ao governo cubano, que reterá a maior parte dele. Também não há vínculo empregatício de qualquer natureza com os contratados e tudo isso tem sido visto por muitos como uma forma clara de precarização do trabalho médico e uma forma de humilhar os médicos brasileiros.

Fora tudo isso, que vem sendo combatido veementemente pelo CRM-PI, traz no texto da MP 621 que será submetido ao aperfeiçoamento profissional o supervisor, profissional médico responsável pela supervisão profissional contínua e permanente do médico e o tutor acadêmico, docente médico que será responsável pela orientação acadêmica. Mas o Conselho acredita que em muitos municípios essa supervisão não tem acontecido.

O presidente do CRM-PI, Dr. Emmanuel Fontes, afirmou que há muita desvalorização dos profissionais que estão chegando para atuar no país. "Os cubanos são e continuarão a ser vítimas desse sistema, que impõe condições de trabalho, o que é bem parecido com o trabalho escravo, que cerceia a liberdade profissional que é uma marca da nossa profissão" revelou.



Governo Federal constrange CRM

Em requerimento enviado ao Conselho Regional de Medicina do Piauí - CRM-PI, solicitando e determinando que o Conselho expedisse o registro provisório de médicos cubanos para atuarem em municípios piauienses pelo Projeto Mais Médicos, de acordo com a MP Nº 621/2013, o presidente da Coordenação do Projeto no Brasil, enfatizou que tanto os Conselhos Regionais como o Conselho Federal devem obedecer às leis e a todos os atos normativos oriundos do governo federal, por se tratar de autarquias federais.

O documento foi mais além e, de forma grafiada, lembrou que caso as determinações sobre o "Mais Médicos" não sejam

cumpridas os responsáveis "estarão cometendo ato de improbidade administrativa, além de outras infrações criminais". A intimação ao CRM mostra a truculência e arbitrariedade do governo atual, fato nunca ocorrido no Brasil, nem no período de ditadura militar. O CRM-PI e os demais conselhos regionais dos Estados se veem obrigados a expedirem registros provisórios e carteira profissional de médicos intercambistas sem uma avaliação prévia. O CRM Piauí cancelou o visto provisório para não compactuar com o governo. Para os conselheiros do CRM-PI, não há razões para conceder registros a médicos estrangeiros, uma vez que não pode certificar-se da qualidade destes "médicos".

Causos médicos

Letisgo

GISLENO FEITOSA

Esse caso aconteceu com um colega num ambulatório de pediatria.

Routineiramente ele atendia de quinze a vinte crianças, por dia, que vinham acompanhadas das mães ou outra pessoa responsável.

Nesse dia a atendente faltara por "motivo de força superior" ou "justa causa", sem comunicar ou sem deixar substituída.

Ele mesmo fazia a chamada, aproveitando a porta entreaberta com a saída da criança anterior. Chamava um por um: Aaliyah, Audrey, Bathsheba, Caitlin, Daphne e aí por diante. Tudo nome difícil de se pronunciar, porque pobre adora colocar nome complicado nos filhos.

Faltou um: Letisgo. Chamou que cansou e nada.

Retirou o jaleco, dobrou sobre o ombro e ia saindo quando uma mulher avessada e zangada pegou-lhe pelo braço e ameaçou:

- Onde você pensa que vai, doutorzin? Num vai atender meu filho não, é? Vou já dar parte!

- Calma, minha senhora! Chamei todos os pacientes, exceto um que não compareceu. O Letisgo.

- O sinhô é ignorante, é? Num sabe Inglês não? O nome do meu fio é LETISGOL (Let's go).

O doutorzinho deu meia volta e retornou para atender o pequeno e desnutrido Letisgo. Desculpe, ia esquecendo Letisgol (Let's go) da Silva.

*Texto extraído do livro "Gisleno Feitosas... em verso e prosa", 2ª edição. Gráfica e Editora De Repente, 2013.

** os "causos", se passaram há mais de dez anos.

CRM PARTICIPA DO PROJETO FORÇA ESTADUAL DA SAÚDE - FES

A Força Estadual de Saúde - FES SUS Piauí foi lançada no último dia 24 de outubro, pelo governador Wilson Martins, no Palácio de Karnak, em Teresina. O projeto foi idealizado após constatação, por diversas ocasiões, da dificuldade de acesso às cirurgias e procedimentos especializados por parte da população do interior do Estado. Mesmo tendo realizado concurso para áreas de saúde do Piauí e reformado os principais hospitais regionais, o governo não conseguiu suprir tais demandas, principalmente pela centralização de recurso do governo federal, que repassa somente 8% do PIB para a saúde. O Governo do Estado repassa atualmente cerca de 12% para a saúde.

Sobre a iniciativa do Estado, é importante lembrar que primeiro foi implantada a carreira médica, tanto no Estado como no município de Teresina. A participação dos médicos na FES só acontece com os que têm carreira no Estado e foi criada a lei que favorece o crescimento na carreira com a participação nas atividades da FES.

Dessa forma, a Secretaria de Estado da Saúde iniciou entendimentos com os Diretores de Hospitais Regionais, Secretários Municipais de Saúde e Prefeitos Municipais para identificar as



especialidades e suas maiores demandas regionais, bem como contou com o apoio das entidades médicas (Sindicato dos Médicos - SIMEPI, Conselho Regional de Medicina-CRM-PI e Associação Piauiense

de Medicina - ASPIMED) para receber sugestões de como construir uma força tarefa com evidentes benefícios para a população e também para seus integrantes.

"A FES SUS foi implantada com a característica de uma ação permanente da área da saúde, incluindo a multiprofissionalidade das ações, bem como estará pronta a se mobilizar dentro do Piauí, a

qualquer momento, em função de eventuais necessidades emergenciais", disse o médico Gerardo Mesquita, coordenador do FES e conselheiro do CRM-PI.

Com a sua implantação ocorrida na semana passada, contemplando inicialmente as áreas de cirurgia pediátrica, cirurgia geral ginecologia, oftalmologia e ortopedia e traumatologia, o Governo Estadual espera, em um prazo máximo de dois anos, reduzir o tempo que os pacientes aguardam nas filas até realizarem tais cirurgias, apenas ao necessário para a preparação pré-operatória habitual. "Além de proporcionar a facilidade de acesso nas áreas citadas à população do interior, esta ação também pretende melhorar o funcionamento dos hospitais regionais e ainda desobstruir os hospitais públicos de nossa capital", explicou Mesquita.

"É um grande desafio para mim conduzir um projeto desta magnitude, mas estou certo de que conseguiremos total êxito, pois a equipe participante é do mais alto gabarito e tem se mostrado comprometida integralmente com esse projeto. Ressalto que estamos cadastrando profissionais voluntários através de um link em nossa página da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí", acrescentou.

CRM-PI apoia projeto Saúde na Praça, idealizado pela SAMPI

O Conselho Regional de Medicina do Piauí - CRM-PI apoia a Sociedade dos Acadêmicos de Medicina do Piauí - SAMPI, entidade criada neste ano e que tem por objetivo defender os interesses e direitos dos estudantes da área, bem como realizar ações sociais, de forma a aproximar seus associados das demandas da sociedade, quando o assunto for saúde pública.

No último dia 26 de outubro, a SAMPI levou para o município de Lagoa do Piauí, ao Sul do Estado, cerca de 40 estudantes de medicina de todas as instituições para uma atividade chamada Saúde na Praça, cujo objetivo foi prestar atendimentos e serviços gratuitos à população daquele município. O CRM-PI participou da ação, com a presença do presidente Dr. Emmanuel Fontes e do tesoureiro Dr. Caetano Cortez.

O presidente da SAMPI, o estudante da Facid Wilton Filho, explicou que o Saúde na Praça irá percorrer outros



municípios do Piauí e a ideia é já ir aproximando os futuros médicos das principais demandas de saúde da população. "A gente quer mostrar que é possível estar cada vez mais próximo da população, buscando humanizar o atendimento e também mostrar que o problema da saúde não é falta de

profissional e, que se o governo federal investir mais em infraestrutura seremos bem mais atuantes", disse o futuro médico.

O evento contou com vários serviços, como o de prevenção do AVC (Acidente Vascular Cerebral), saúde do homem e saúde da mulher, aferição de

pressão arterial e de glicemia, informações sobre higiene bucal, pesagem e medidas.

Emmanuel Fontes informou que o médico brasileiro quer sim trabalhar nos rincões mais distantes do Brasil e o que desestimula são as condições precárias nas unidades de saúde e prin-

cipalmente a falta de uma carreira médica, que venha a dar segurança à classe. "Fora isso, o governo não pode tratar de forma diferenciada a medicina dos grandes centros com a medicina do interior do país", criticou, durante o evento que teve o apoio da Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí.



FENAM 40 ANOS



Comemoração dos 40 anos da Federação Nacional dos Médicos. Dra Lucia Santos, presidente do Sindicato dos Médicos do Piauí, entregando comenda ao Deputado Mandetta.



Diretoria do Sindicato dos Médicos do Piauí com os Deputados Federais Mandetta, Ronaldo Caiado e Eleuses Paiva.



agenda

5 DE JULHO

Reunião do Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Provimento e Fixação de Profissionais Médicos em Situação de Escassez no Âmbito do SUS
Onde: Edifício sede do Ministério da Saúde, 7º andar, sala 704
Representantes: Dr. Jorge Darze e Dra. Lucia Santos

11 DE JULHO

Reunião com os presidentes dos Sindicatos
Onde: Sede da Federação Nacional dos Médicos - FENAM
Representante: Dra. Lucia Santos

18 DE JULHO

3ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Onde: Ministério da Saúde, 7º andar, sala 706, Edifício Sede.
Representantes: Dr. Jorge Draze e

Dra. Lucia Santos

26 DE JULHO

Reunião com Líderes Estudantis do Brasil
Onde: Sede da Federação Nacional dos Médicos - FENAM
Representante: Dra. Lucia Santos

29 DE JULHO

Audiência Pública sobre o Programa Mais Médicos
Onde: SAFS Quadra 02, lote 03 - Brasília - DF
Representante: Dra. Lucia Santos

1 DE AGOSTO

Reunião do Comitê Nacional de Mobilização das Entidades
Onde: Sede do Conselho Federal de Medicina - CFM
Representante: Dra. Lucia Santos

7 DE AGOSTO

Reunião Diretoria Executiva
Onde: Hotel Tryp Brasil - Brasília/DF

Representante: Diretoria da FENAM - Dra. Lucia Santos

10 DE AGOSTO

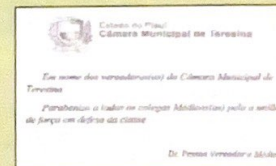
Encontro Nacional das Entidades Médicas - ENEM
Onde: Associação Médica de Brasília - AMBr
Representantes: diretoria da FENAM e dos Sindicatos - Dra. Lucia Santos

20 DE AGOSTO

Votação dos Vetos do Ato Médico
Onde: Congresso Nacional - Brasília-DF
Representantes: diretoria da FENAM, diretores de Sindicatos, acadêmicos e residentes de Medicina.

21 DE AGOSTO

Reunião com Sindicatos Médicos
Onde: Sede da Fenam - Brasília/DF
Representantes: Dr. Geraldo Ferreira, Dr. Vario Lisboa, João Batista, Mario Ferrari e presidentes e representantes de Sindicatos Médicos.



HOMENAGEM

O vereador e médico Dr. Pessoa prestou homenagem à categoria médica na Câmara Municipal de Teresina pela união, força e defesa da classe, após vitória das entidades médicas com a implantação da carreira médica no município.



FENAM recebe estudantes e apoia ocupação de faculdades contra o Mais Médicos (Na foto representando o Piauí o presidente da SAMPI, Wilton Filho)

filie-se ao SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação o sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha a sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na Rua Paissandu, nº 1665, Centro, de segunda a sexta, das 8 às 18 horas.

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMEPI

- ✓ Assessoria jurídica
- ✓ Assessoria de imprensa
- ✓ Assessoria contábil

- ✓ Convênio com Seguradora de Carros
- ✓ Convênio com a Seguradora de Vida
- ✓ Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde

SERVIÇO CONTÁBIL

A Assessoria Contábil do SIMEPI está disponível para a classe médica e oferece, dentro outros, os seguintes serviços:

- ✓ Abertura de empresas;
- ✓ Escrituração contábil, fiscal e setor pessoal;
- ✓ Elaboração de livro caixa;

- ✓ Elaboração da declaração de Imposto de Renda;
- ✓ Orientação e emissão das contribuições e tributos.

A Assessoria Contábil do SIMEPI faz um acompanhamento personalizado, pois dispõe de um profissional exclusivo na sua sede, pronto pra lhe atender.

